

1937

Constituição dos Estados Unidos do Brasil

(de 10 de novembro de 1937)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL ,

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social,
profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a
gravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura
desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu
desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta
iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se
torna dia-a-dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e
permanente;

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios
normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo;

Com o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e
outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da
rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência,
e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua
segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se
cumprirá desde hoje em todo o País:

DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Art 32 - É vedado à União, aos Estados e aos Municípios:

...

b) estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos;

DA NACIONALIDADE E DA CIDADANIA

Art 119 - Perdem-se os direitos políticos:

:

...

b) pela recusa, motivada por convicção religiosa, filosófica ou política, de encargo, serviço ou obrigação imposta por lei aos brasileiros;

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

Art 122 - A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o

direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

...

4º) todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes;

5º) os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal;

DA FAMÍLIA

Art 124 - A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos.

Art 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O

Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para

facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação

dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

DA ORDEM ECONÔMICA

Art 137 - A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos:

...

d) o operário terá direito ao repouso semanal aos domingos e, nos limites das exigências

técnicas da empresa, aos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local